



## PRIMEIRO PLANO

ORÇAMENTO  
DO ESTADO 2011

## Ministro das Finanças avisou presidente da AR

O ministro das Finanças disse que avisou o presidente da AR de que na sexta-feira apenas iria entregar a proposta de lei do Orçamento e mapas anexos, por estes serem os documentos que são objecto de apreciação e votação no Parla-

mento. Numa nota introdutória à apresentação do OE, ontem, Teixeira dos Santos disse que "teve o cuidado de alertar" o presidente da AR, Jaime Gama, e o presidente da Comissão, Paulo Mota Pinto, que "o relatório estava a ser ultimado".

## Economia estagnada




"Temo que cheguemos a 2013 com a economia estagnada ou sem condições para crescer".

**Jacinto Nunes**

ANTIGO GOVERNADOR DO BANCO DE PORTUGAL

Tecto


 Números a reter



**Ricos não pagam**

“É a classe média que vai pagar a crise, porque, como se sabe, os ricos não pagam imposto em Portugal”.

**Mira Amaral**  
PRESIDENTE DO BIC

**Medidas tardias**

“Se o Governo tivesse tomado medidas há mais tempo, não era preciso serem agora tão dolorosas”.

**João Duque**  
PRESIDENTE DO ISEG

**Impossível evitar uma recessão em 2011**

“Com este Orçamento do Estado acho praticamente impossível evitar uma recessão no próximo ano”.

**Miguel Beleza**  
EX-MINISTRO DAS FINANÇAS



**Cortes cegos**

“Em regra, são cortes cegos e de uma irrationalidade absoluta do ponto de vista social e político”.

**Carvalho da Silva**  
SECRETÁRIO-GERAL DA CGTP

# Pensões acima de 3750 euros penalizadas

**Dedução específica**

As reformas de valor acima de 3750 euros ilíquidos por mês passam a contar com uma dedução específica de valor igual aos trabalhadores por conta de outrem. O que significa que em vez de poderem abater - como acontece actualmente - 6 mil euros ao valor da pensão, vão passar apenas poder descontar 4104 euros e, deste modo, verão o IRS subir.

A medida de fazer convergir a dedução específica da categoria H (rendimento de pensões) com a categoria A (rendimentos de trabalho dependente) já estava inscrita na versão inicial do PEC (em Março), mas é com este Orçamento do Estado (OE) que avança. A convergência começa a aplicar-se nas pensões acima dos 22 500 euros anuais (ou 1600 euros por mês) e atinge o valor da categoria A (4104 euros) quando a reforma mensal é de 3750 euros. Até agora só se verifica este cenário quando a reforma era de 5456 euros.

Os pensionistas abrangidos por esta subida do IRS serão ainda chamados a “contribuir” para a redução do défice de outras formas, nomeadamente através da não actualização do valor da pensão em

2011 e do pagamento mensal de uma taxa de solidariedade de 10% nos valores em que a reforma e subvenção vitalícia excedam os 5 mil euros mensais.

Além destas medidas, o OE integra outras, nomeadamente no âmbito do combate à fraude e evasão fiscais. Uma delas passa pela atribuição de um número de identificação fiscal a todos os elementos do agregado familiar que gozem de dedução personalizante. O

**Fisco quer ter certeza de quantos dependentes compõem agregado e vai pedir números fiscais**

objectivo é evitar que um mesmo dependente “integre” mais do que um agregado ou que se aumente o número de dependentes para além dos que realmente existem. As facturas de medicamentos ou de gastos com Educação passam a ter de identificar quem deles necessita. O Fisco quer ainda que as seguradoras lhes enviem a parcela das despesas de Saúde não comparticipadas e que são dedutíveis no IRS. LT



Presidente da República disse ontem esperar que o documento final do OE seja “melhor” do que a proposta apresentada

# Cavaco faz pressão para haver acordo

**Parlamento**

Cavaco Silva espera que, da discussão na Assembleia da República, resulte um Orçamento melhor do que o proposto pelo Governo. Sublinhando que “o presidente da República é a última reserva do país em caso de crise grave”, escusou-se a comentar matérias que são da competência do Parlamento.

“Agora é o tempo da Assembleia da República”, frisou, à margem da sessão comemorativa do 20.º aniversário do Instituto Superior de Entre Douro e Vouga, em Santa Maria da Feira. Não quis, portanto, tecer comentários sobre Orçamento do Estado nem sobre a legalidade de ter sido entregue, na íntegra, apenas ontem, já depois de terminado o prazo.

Cavaco Silva expressou, porém, o desejo de que as negociações cheguem a “bons resultados para o país”. Questionado se os “bons resultados” seriam a aprovação

do documento, respondeu que “com certeza que o país precisa de um orçamento”, considerando que “para se chegar a um resultado final é preciso percorrer um caminho de aproximação” entre as partes envolvidas.

**Discurso directo**

“Devemos deixar a Assembleia da República e os partidos políticos lá representados darem o seu contributo para que surja um Orçamento eventualmente melhor do que aquilo que o Governo acaba de apresentar.”

“Gostaria que existisse um ambiente, um clima, que fosse favorável a um diálogo sério. [...] Todos têm de fazer um esforço para aplanar o caminho, para que seja mais fácil percorrê-lo, sempre tendo em consideração os interesses do país.”

“O Governo já manifestou a total disponibilidade - e as forças políticas também - para um negociação”, acrescentou.

Na opinião de Cavaco Silva que, na qualidade de primeiro-ministro, já negociou dois orçamentos do Estado, não se pode dizer que este seja mais importante que os dos anos anteriores, como considerou o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos. “Todos os orçamentos são importantes”, sublinhou o presidente da República, já que, sendo “uma autorização para cobrar impostos e realizar despesas”, têm de se adaptar à conjuntura de cada momento.

Cavaco Silva garantiu ainda que está “a acompanhar a situação todos os dias”, estando “a fazer tudo aquilo que deve ser feito por um presidente da República que conhece bem a situação, que tem bom senso e que é ponderado, por forma a que não surja uma crise política” em Portugal.

HELENA NORTE



Pensionistas serão alvo de controlo mais apertado nas despesas dedutíveis em IRS



## PRIMEIRO PLANO

ORÇAMENTO  
DO ESTADO 2011Mil milhões em  
Certificados do Tesouro

O Governo estima que as subscrições de Certificados do Tesouro ascendam a mil milhões de euros em 2011. A estimativa só para metade do corrente ano é que sejam obtidos 651 milhões.



TGV e novo aeroporto de Lisboa são projectos que a proposta de Orçamento do Estado para 2011 mantém

Parcerias vão custar  
841 milhões

**Governo insiste** no TGV e no aeroporto de Lisboa

— CATARINA CRAVEIRO  
— economia@jn.pt

As parcerias público-privadas (PPP) custarão ao Estado 841 milhões de euros em 2011. Só as concessões da Estradas de Portugal vão pesar mais de metade desse valor. O Governo promete abrandar investimento, mas insiste no avanço do novo aeroporto e TGV.

841,9 milhões de euros. É quanto vão pesar as parcerias público-privadas nas contas do Estado no próximo ano. De acordo com a proposta de Orçamento do Estado (OE), os encargos líquidos com as PPP vão custar pouco menos do que os 869 milhões que serão precisos até ao final de 2010.

Este ano, a factura a pagar pela Estradas de Portugal é de 630,3 milhões de euros. Para 2011, o peso das concessões rodoviárias vai baixar para 470,3 milhões, menos 34% face ao valor de 2010, mas

mesmo assim mais de metade do total de encargos. Os restantes 371,6 milhões vão para as parcerias nas áreas da ferrovia, saúde e segurança. As concessões rodoviárias representam 94,1 milhões de euros em 2011, a parceria com maior crescimento (em 2010 absorveu 15 milhões). Na Saúde, as PPP terão custos agravados, de 175,5 para 232,2 milhões. Já os encargos na Saúde vão reduzir de 48,3 para 45,3 milhões.

O Governo prevê "maior selectividade e menor cadência no lançamento de projectos", mas insiste em concursos de "importância estratégica para o país". Destaque para os investimentos na Saúde, "como o Hospital Lisboa Oriental e o Hospital Central do Algarve". Nas obras públicas, insiste em avançar com projectos do novo aeroporto de Lisboa e do TGV. ■

## Pormenores

## ALTA VELOCIDADE

A PPP que permitirá explorar troço Poceirão-Caia de alta velocidade implica um investimento total de 1359 milhões de euros.

## NOVA ENTIDADE

O Governo reitera intenção de criar estrutura dependente do Ministério das Finanças com verdadeiros poderes de coordenação das PPP.

## GRANDE PORTO

Concessão rodoviária contratada no Grande Porto (IP4/IC24) tem um investimento de 466 milhões.

## SIRESP

A rede de emergência e segurança (Siresp) deverá ter uma diminuição de encargos em 6%.



**Aumento de 25% no Cartão do Cidadão**

O aumento em 25% das taxas do Cartão de Cidadão, a revisão das isenções de custas judiciais e o agravamento de custas das injunções para grandes litigantes são medidas do OE 2011 na Justiça.



**1005**

**Milhões de euros**  
Os resgates de Certificados de Aforro devem cifrar-se em 1005 milhões de euros este ano, de acordo com as estimativas do Governo.

**Preparar concurso para a 4.ª geração móvel**

O Governo pretende preparar o concurso para a emissão de licenças para a quarta geração de comunicações móveis (4G), segundo a proposta do Orçamento do Estado para o próximo ano.



**Extinção de institutos vale 100 milhões**

**Buraco de 1 250 milhões nas Estradas de Portugal e Saúde**

A proposta de OE prevê a poupança de 100 milhões de euros com a extinção de 50 institutos (ver lista ao lado). Um "emagrecimento" e "reestruturação", como referiu Teixeira dos Santos, que não poupa também o Sector Empresarial do Estado.

O valor do corte na despesa nas empresas do Estado foi ontem avançado pelo ministro das Finanças. "Haverá operações de reestruturação e até de emagrecimento nalguns grupos" empresariais. Além disso, serão definidos "objectivos de receitas correntes e de despesa operacional" a que as empresas estarão vinculadas. Entre essa despesa está a frota automóvel ou a contratação de serviços externos.

Os cortes estendem-se aos salários, que baixarão em linha com a Função Pública, e às remunerações variáveis (como prémios) dos dirigentes, pelo menos até 2013. O número de administradores, chefes e directores baixará em 20%.

As empresas públicas têm sido uma das origens do desequilíbrio das contas públicas, nomeadamente através do endividamento, limitado a 7% pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) mas largamente ultrapassado em alguns casos, como o da Estradas de Portugal. Esta empresa responde, aliás, por um défice "bem mais negativo do que



gestora da rede viária disparou endividamento e beneficia do fundo de pensões da PT

se pensava", nas palavras de Teixeira dos Santos.

O adiamento do início da cobrança de portagens nas SCUT, o cancelamento da concessão rodoviária Centro e investimentos não especificados abriram um "buraco" de 500 milhões de euros nas contas da empresa. A esse somam-se entre 700 e 800 milhões, na área da Saúde, e 100 milhões de transferências extra para autarquias e regiões autónomas, exemplificou Teixeira dos Santos.

Despesas como estas (ou falta de receita) serão tapadas com o encaixe da passagem para o Estado do bolo (e responsabilidades futuras) do fundo de pensões da

PT. Assim se desfez uma dúvida insistente da Oposição: o Governo vai receber 2,6 mil milhões da PT, mas terá uma despesa extraordinária de "apenas" 900 milhões, com os submarinos. A pergunta era: em que seria gasto o remanescente, já que não se previa que o défice baixasse dos 7,3%.

A ajudar ao aumento das receitas, estarão também as privatizações: está previsto um encaixe de 1870 milhões em 2010 e de quase três mil milhões nos dois seguintes.

O Executivo propõe, ainda, baixar para 60 dias o prazo médio de pagamento (era de 80 dias). ■

**Extinção de organismos públicos**

1. É extinta, sendo objecto de fusão, a **Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas**, sendo as suas atribuições integradas na Biblioteca Nacional de Portugal.
2. É externalizado o **Estádio Universitário de Lisboa**, devendo de integrar a Administração Central.
3. É reorganizada a rede de **serviços de acção social do Ensino Superior**, de forma a otimizar a oferta de serviços ao nível regional e nacional.
4. É extinto, sendo objecto de fusão, o **Gabinete Coordenador do Sistema de Informação**, sendo as suas atribuições integradas no Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.
5. É extinta, sendo objecto de fusão, a **Comissão para a Otimização dos Recursos Educativos**, sendo as suas atribuições integradas no Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.
6. É extinto, sendo objecto de fusão, o **Observatório das Políticas Locais da Educação**, sendo as suas atribuições integradas no Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.
7. É extinto, sendo objecto de fusão, o **Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação**, sendo as suas atribuições integradas na Secretaria-Geral do Ministério da Educação.
8. É extinto, sendo objecto de fusão, o **Gabinete de Avaliação Educacional**, sendo as suas atribuições integradas na Direcção-Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular.
9. Racionalização das **redes diplomática e consular**.
10. É extinto o **Instituto de Informática do Ministério das Finanças**, sendo as suas atribuições transferidas para a Secretaria-Geral do Ministério e para a Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública.
11. Reestruturação do **sistema de supervisão financeira**, com a redução de três para duas autoridades de supervisão financeira.
12. São objecto de fusão a **Direcção-Geral dos Impostos e a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo**.
13. São objecto de fusão a **Agência Nacional de Compras Públicas e a Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública**.
14. Extinto o **Hospital Condes Castro** de Guimarães.
15. São agrupados, no **Grupo Hospitalar do Centro de Lisboa**, a Centro Hospital de Lisboa Central, o Hospital Curry Cabral e a Maternidade Alfredo da Costa.
16. São agrupados, no **Centro Hospital e Universitário de Coimbra**, os Hospitais da Universidade de Coimbra, o Centro Hospitalar de Coimbra e o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra.
17. São agrupados, no **Centro Hospitalar de Aveiro**, o Hospital Infante D. Pedro, EPE, o Hospital Distrital de Agedua e o Hospital do Visconde de Salmreu.
18. São agrupados o **Hospital de São João e o Hospital de N.ª Sra. Conceição**.
19. É extinta a estrutura de missão **Parcerias Saúde**.
20. É extinto, sendo objecto de fusão, o **Observatório do Emprego**, sendo as suas atribuições integradas no Centro de Relações Laborais.
21. É extinto, sendo objecto de fusão, o **Conselho Nacional da Formação Profissional**, sendo as suas atribuições integradas no Centro de Relações Laborais.
22. É extinto, sendo objecto de fusão, o **Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho**, sendo as suas atribuições integradas no Centro de Relações Laborais.
23. É extinta a Comissão de **Gestão do Programa de Apoio Integrado a Idosos**.
24. É extinta a **Caixa de Previdência dos Trabalhadores da EPAL**.
25. É extinta a **Caixa de Previdência e Abono de Família dos Jornalistas**.
26. É extinta a **Caixa de Reformas e Aposentações do Banco Nacional Ultramarino**.
27. É extinta a estrutura de missão do **Programa para a Inclusão e Cidadania**, cujas atribuições são integradas no Instituto de Segurança Social.
28. É extinto o Gabinete para o **Desenvolvimento do Sistema Logístico Nacional**.
29. É extinto o **Gabinete do Metro Sul do Tejo**.
30. É extinta, sendo objecto de fusão, o **Teatro Nacional D. Maria II**, que passa a integrar a OPART - Organismo de Produção Artística, conservando a respectiva identidade.
31. É extinta, sendo objecto de fusão, a **Teatro Nacional de S. João**, que passa a integrar a OPART - Organismo de Produção Artística, conservando a respectiva identidade.
32. É extinta, sendo objecto de fusão, a **Comissão de Planeamento de Emergência das Comunicações**, sendo as suas atribuições integradas na ICP - Autoridade Nacional de Comunicações.
33. É extinta, sendo objecto de fusão, a **Comissão de Planeamento de Emergência do Transporte Aéreo**, sendo as suas atribuições integradas no Instituto Nacional de Aviação Civil.
34. É extinta, sendo objecto de fusão, a **Comissão de Planeamento de Emergência do Transporte Marítimo**, sendo as suas atribuições integradas no Instituto Português e dos Transportes Marítimos.
35. É extinta, sendo objecto de fusão, a **Comissão de Planeamento de Emergência dos Transportes Terrestres**, sendo as suas atribuições integradas no Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres.
36. São objecto de fusão as **Direções Regionais de Economia com as Comissões Coordenadoras e Desenvolvimento Regional**.
37. É extinto, sendo objecto de fusão, o **Secretariado Técnico da Comissão das Alterações Climáticas**, sendo as suas atribuições integradas no Departamento de Prospectiva, Política Climática e Relações Internacionais.
38. É extinto, sendo objecto de fusão, o **Gabinete Coordenador do Programa Finisterra**, sendo as suas atribuições integradas no Instituto da Água.
39. É extinta, sendo objecto de fusão, a **Inspeção-Geral dos Jogos** sendo as suas atribuições integradas na Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.
40. São reestruturados os serviços desconcentrados da **Direcção-Geral de Veterinária**, sendo as suas atribuições integradas nas Direcções Regionais de Agricultura e Desenvolvimento Rural.
41. São reestruturados os serviços desconcentrados da **Autoridade Florestal Nacional**, sendo as suas atribuições integradas nas Direcções Regionais de Agricultura e Desenvolvimento Rural.
42. É extinta a **Gestalqueva**.
43. É extinta a **Fundação INA**.
44. São objecto de fusão a **Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e a Direcção-Geral da Reinserção Social**.
45. É extinto, sendo objecto de fusão, o **Gabinete de Resolução Alternativa de Litígios**, sendo as suas atribuições integradas na Direcção-Geral de Administração da Justiça.
46. Racionalização da **rede de conservatórios**.
47. São extintos os **Serviços Sociais do Ministério da Justiça**, sendo as suas atribuições integradas na ADSE e nos Serviços Sociais da Administração Pública.
48. Extinção da **estrutura de missão** para o SIRESP - UN-SIRESP.
49. É extinta, sem transferência de atribuições, a **Estrutura de Missão Lojas do Cidadão**.
50. É extinta, sendo objecto de fusão, a **Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental**, sendo as suas atribuições integradas na Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar.

**RECUOS DO GOVERNO**

**Casa de juiz já não paga**

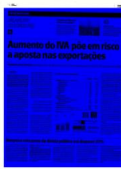
As casas atribuídas pelo Estado a juizes deveriam ser consideradas rendimento e, portanto, pagar IRS, pelo menos segundo versões preliminares do OE. Afinal, continuam isentas.

**Prémios artísticos e científicos**

A par das bolsas desportivas, iam ficar sujeitos a IRS, mas afinal continuam isentos. As versões anteriores do OE previam a tributação quando ultrapassassem 10 Indexantes de Apoios Sociais por ano (4192 euros).

**Contas não identificadas**

As contas bancárias com titulares não identificados serão penalizadas, mas menos do que na primeira versão do OE, que fixava a taxa liberatória nos 46,5%. Agora será de 30%.



PRIMEIRO PLANO

ORÇAMENTO DO ESTADO 2011



Travessia do Tejo paga também em Agosto

O Governo pretende acabar com a isenção do pagamento de portagens na Ponte 25 de Abril durante o mês de Agosto. Esta é uma das cláusulas do acordo global entre a Lusoponte e o Estado.



45

**Milhões de euros**  
O Orçamento prevê 45 milhões de euros para os Censos 2011, que incluem o XV Recenseamento Geral da População e o V Recenseamento Geral da Habitação.

# Aumento do IVA põe em risco a aposta nas exportações

Teixeira dos Santos aposta num anémico crescimento da economia de 0,2% no próximo ano

PEDRO ARAÚJO paraujo@jn.pt

Quando os salários encolhem e os impostos aumentam, o mais certo é que a procura interna caia (-2,5%). A aposta poderia estar na exportação, mas o IVA a 23% coloca em risco a competitividade das empresas. A procura externa relevante do país vai cair a pique.

O cenário macroeconómico para o próximo ano apresenta traços aparentemente contraditórios. O Governo usa a expressão "consolidação orçamental" - quando quer basicamente dizer que há várias medidas para aumentar receita (impostos) e da despesa (cortes nos gastos do Estado) - para logo a seguir afirmar que a tábua de salvação reside nas exportações, que poderão crescer 7,3%, contra 8,6% em 2010.

Ou seja, o Governo assume que a procura interna (-2,5%) - consumo + investimento - e o consumo privado (-0,5%) vão quebrar. Este último indicador representa as despesas das famílias em bens de consumo tais como alimentos, vestuário, lazer, educação ou saúde (exclui bens duradouros). Dito de outra forma, não é por este lado que a economia vai crescer uns anémicos 0,2% no próximo ano.

O Banco de Portugal (BdP) pre-

vê que as exportações cresçam só 3,7%, e que as importações caiam 0,7%, tendo agora o Governo alinhado com o BdP na projecção do PIB (previa em Julho 0,5%, corrigindo agora para 0,2%). A projecção internacional mais optimista para as exportações é da OCDE: +5,3% (contra 7,3% do Governo).

"Não acredito minimamente que a economia vá crescer, bem pelo contrário. As exportações até poderão aumentar, mas as importações também [Governo prevê queda de 1,7% e explica parte do

Governo assume que investimento e consumo das famílias vai cair com medidas de austeridade

aumento de 2010 com a compra dos dois submarinos] porque o aumento do IVA vai contribuir para a diminuição da competitividade das empresas portuguesas face a países que praticam taxas menores, com especial destaque para Espanha", afirma Pedro Santa-Clara, professor de Finanças da Universidade Nova de Lisboa.

"E se as importações aumenta-

OE 2011 Cenário macroeconómico

	2010(e)	2011(p)
<b>1. Despesa e PIB (variação em volume, em %)</b>		
Consumo Privado	2,0	-0,5
Consumo Público	1,9	-8,8
Investimento (FBCF)	-2,0	-2,7
Procura Interna	1,2	-2,5
Exportações	8,6	7,3
Importações	6,7	-1,7
PIB	1,3	0,2
<b>2. Taxa de inflação*</b>		
	1,3	2,2
<b>3. Emprego e desemprego</b>		
Emprego total (taxas de variação, em %)	-1,4	-0,4
Taxa de desemprego (%)	10,6	10,8
<b>4. Preço do petróleo</b>		
Barril de Brent (em dólares)	76,2	78,8
<b>5. Taxa de juro de curto prazo (Euribor a 3 meses)</b>		
	0,8%	1,1%

\* Medida pela variação média anual do Índice de Preços no Consumidor; (e) - estimativa; (p) - previsão



Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública. Infografia JN

rem, isso subtrai ao PIB. Por outro lado, o aumento da fiscalidade vai fazer aumentar a economia paralela e o raio de influência das empresas espanholas vai passar de 50 para 100 kms em torno da fronteira. As empresas nacionais vão ter muitas dificuldades, uma vez que também não houve uma redução dos custos do trabalho, nomeadamente através das contribuições para a Segurança Social", acrescenta Pedro Santa-Clara.

O Governo prevê-se para 2011 uma desaceleração significativa da procura externa relevante para Portugal (países que nos compram mais produtos e serviços) - de 6 para 3,2% - e um aumento das taxas de juro de curto prazo (negativo para as empresas). O Executivo projecta um ligeiro aumento do preço do petróleo (combustíveis aumentarão por esta via e pela aplicação dos 23% da taxa de IVA), a depreciação do euro face ao dólar e o aumento da inflação.

O aumento exportações tem sido superior à evolução da procura externa relevante, o que significa que o país tem conseguido obter ganhos em quota de mercado. E a esperança para 2011 reside neste facto. ■

## Despesa com juros da dívida pública vai disparar 27%

Os juros da dívida pública que o Estado português vai pagar no próximo ano ascendem a 6,3 mil milhões de euros, mais 1,3 mil milhões do que o Governo prevê gastar este ano (+27%). Para se ter uma ideia do peso desta despesa nas contas públicas, bastará dizer que o défice seria de 1% e não de 4,6% no próximo ano, caso o Estado não

pagasse a quem compra títulos da dívida nacional.

Para se ter uma noção mais exacta do que significa a quantia prevista para a despesa com juros, bastará dizer que o valor daria para fazer o novo aeroporto de Lisboa, orçado em 4,9 mil milhões de euros, e ainda sobriaria para outros investimentos.

As necessidades líquidas de financiamento (sem amortizações) para 2011 ascenderão a cerca de 10,7 mil milhões de euros, o que consubstancia uma redução de 31% ou cerca de 4,7 mil milhões, explicado no essencial pela redução do défice orçamental em cerca de 3,5 mil milhões de euros e pela redução da aquisição de activos finan-

ceiros de cerca de 800 milhões de euros. Por outro lado, a proposta de lei do Orçamento prevê um tecto máximo de 11 573 milhões de euros, ou seja, uma quebra de 33% relativamente aos 17 414 milhões de euros do ano corrente.

As amortizações e anulações de dívida emitida em anos passados (pagamento de juros) representa-

rão 35,2 mil milhões em 2011, quando no ano corrente devem ficar-se pelos 31,9 mil milhões.

Apesar da despesa com os submarinos, as previsões para 2011 apontam para um menor ritmo de crescimento do rácio da dívida/PIB (76,1%, 82,1% e 86,6%, em 2009, 2010 e 2011, respectivamente). ■



## Cadastro predial em todo o país

O Governo quer dar "passos decisivos" no próximo ano para a cobertura do país com cadastro predial e pretende adoptar medidas que reforcem o arrendamento urbano, segundo o OE para 2011.

## 27

**Anos**  
As parcerias público-privadas para as concessões rodoviárias só deverão dar lucro daqui a 27 anos. A partir de 2037, o acumulado das receitas ultrapassa os encargos.

## Resíduos recicláveis vão ter uma taxa

O Governo pretende criar uma taxa de gestão de resíduos para o lixo reciclável de origem industrial, agrícola e hospitalar, à semelhança do que já acontece para os resíduos urbanos.



## 3

**Veículos**  
A idade média do parque de veículos do Estado é de 11 anos e o Governo pretende manter a política de abate de três automóveis por cada novo adquirido.

### ANÁLISE DA PwC

A PwC analisou a proposta de Orçamento de Estado/2011 centrada na parte fiscal, tendo concluído que "ninguém escapa" ao que considera serem as "verdadeiras medidas de austeridade". Em IRS,

por exemplo, alerta que "as grandes alterações estão associadas à limitação da dedução das despesas de saúde, educação, lares e juros de empréstimos à habitação". Ficam aqui algumas medidas.

## IRS

### Actualização dos escalões de rendimentos

Os escalões dos rendimentos tributáveis são actualizados em 2,2%, percentagem que excede a taxa de inflação prevista para 2011 (1,8%, de acordo com a previsão do Boletim de Inverno do Banco de Portugal).

### Deduções à colecta e benefícios fiscais

Em sede de IRS as grandes alterações estão associadas à limitação de dedução de despesas de saúde, educação, lares e juros de empréstimos à habitação, prevendo-se agora uma limitação global (com um máximo de 100€) consoante os escalões de tributação (não há limite para os dois primeiros escalões). Acresce que a dedução de benefícios fiscais passa também a estar globalmente limitada (com um máximo de 100€) em função do escalão de rendimento (sem limite para os dois primeiros escalões). A dedução de prémios de seguros de vida e de acidentes pessoais passa a ser aceite apenas para pessoas com deficiência ou com profissões de desgaste rápido, e sem a identificação dos dependentes e ascendentes (NIF) não há lugar à aceitação das deduções à colecta nem benefícios fiscais. A dedução relativa a pensão de alimentos passa a ter uma limitação de 2,5 vezes o IAS (Indicador dos Apoios Sociais) por mês e por beneficiário (1048,05 euros).

### Tributação de pensões

As pensões superiores a 22,500€ anuais por titular verão a dedução específica de 6,000€ reduzida, até à sua concorrência, por 20% da diferença entre o valor da pensão anual e os 22,500€.

### Combate à evasão fiscal

Passam a estar sujeitos a retenção na fonte, à taxa de 30%, todos os rendimentos sujeitos a retenção na fonte a título liberatório, pagos ou colocados à disposição em contas abertas em nome de um ou mais titulares, por conta de terceiros não identificados.

## IRC

### Apoio ao investimento

As poucas boas notícias para as empresas resumem-se à prorrogação do Regime Fiscal ao Apoio ao Investimento. O RFAI é prorrogado até 31 de Dezembro de 2011. É ainda aprovado o SIFIDE II, o qual mantém as linhas gerais do regime anterior. As demais notícias não são positivas. A destacar temos o aumento da tributação autónoma das viaturas ligeiras de passageiros, que vai penalizar em muito as empresas nacionais. Acima de determinados valores (para 2011 30.000€) a taxa passa a ser de 20%.

### Resultado da liquidação

O IRC liquidado não poderá em 2011 ser inferior a 90% do montante que seria apurado na ausência de benefícios fiscais/regimes fiscais especiais, sendo que em 2010 tal taxa era de 75%.

### Dupla tributação

Os requisitos para a eliminação da dupla tributação económica passam a depender apenas da detenção de uma participação de 10%. As SGPS passam a poder deduzir só os lucros que tenham sido sujeitos a tributação efectiva, tendo ainda que estar cumprido o requisito da participação.

### Prejuízos fiscais

A dedução dos prejuízos fiscais passa a depender de certificação legal de contas por ROC.

### OE 2011 Receitas fiscais

Valores em milhões de euros	2011	Var. 2011/10
<b>IMPOSTOS</b>		
IRS	10 000,0	9,9%
IRC	4182,0	-2,7%
Outros	11,2	-83,3%
<b>IMPOSTOS DIRECTOS</b>	<b>14 193,2</b>	<b>5,4</b>
ISP* (Produtos petrolíferos)	2393,7	-1,2%
IVA	13 350,0	9,9%
ISV (Veículos)	790,0	-0,9%
IT (Tabaco)	1350,0	1,9%
IABA (Bebidas alcoólicas)	194,0	6,0%
Selo	1520,0	1,7%
IUC/IC (Imposto de circulação)	160,0	14,3%
Outros	75,1	19,2%
<b>IMPOSTOS INDIRECTOS</b>	<b>19 832,9</b>	<b>6,8%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>34 026,0</b>	<b>6,2%</b>

\* Exburgada da Contribuição Serviço Rodoviário  
Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública Infografia JN

## IVA

### Aumento das taxas

Relativamente ao IVA verifica-se um aumento da taxa normal para 23% no Continente e 16% nas Regiões Autónomas. Assiste-se ainda a aumentos em bens e serviços até agora sujeitos às taxas de 6% ou 13%, que passam a ser sujeitos à taxa de 23%.

## IMI e IMT

### Alterações

Ao nível dos impostos sobre o património a realçar o aumento da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 5% para imóveis detidos por paraísos fiscais e a revogação da isenção de Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT) na aquisição de imóveis em regiões economicamente desfavorecidas.

## Selo

### Reembolso

No Imposto de Selo refira-se a eliminação do processo especial de reembolso que permita requerer no prazo de 4 anos a restituição de imposto pago indevidamente. Eliminam-se igualmente alguns conditionalismos previstos na legislação para obter isenção de imposto do selo nos suprimentos.

## ISV

### Actualização

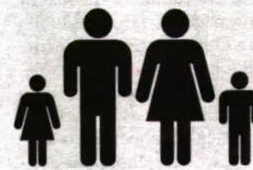
Introdução de um coeficiente anual de "actualização ambiental" na fórmula do Imposto Sobre Veículos (ISV), introduzindo para 2011 um acréscimo genérico de 5% na componente ambiental do cálculo.



### CASAL COM 2 FILHOS rendimento 25 mil euros

Deduzia um total de 1818,70 € em 2010 e pagava 0 euros

Vai passar a pagar 619,54 euros em 2011



### CASAL COM 2 FILHOS rendimento 51 mil euros

Deduzia um total de 1989,35€ e tinha benefícios fiscais de 295€ em 2010. Pagava 6093,37 euros

Vai passar a pagar 7465,16 euros em 2011 (mais 1371,79€)



### PENSIONISTAS CASADOS rendimento 27 500 euros

Deduzia um total de 690€ e tinha benefícios fiscais de 32,50€ em 2010. Pagava 725,24 euros

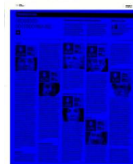
Vai passar a pagar 751,59 euros em 2011 (mais 26,26€)



### PENSIONISTAS CASADOS rendimento 61,300 euros

Deduzia um total de 8322,60€ e tinha benefícios fiscais de 394,25€ em 2010. Pagava 2348,05 euros

Vai passar a pagar 11 312,80 euros em 2011 (mais 8964,75€)



PRIMEIRO PLANO

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2011



SAÚDE

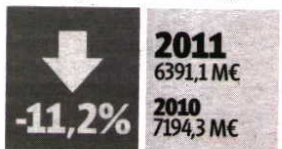


O Ministério da Saúde foi aquele que levou o maior corte no OE de 2011: 1 255 milhões de euros, uma redução de 12,8% face à verba disponível em 2010. Segundo o relatório, esta redução será feita à custa de várias medidas de contenção, que até já se iniciaram este ano, como, por exemplo, o novo pacote do medicamento que deverá implicar uma poupança de 250 milhões de euros. Já a utilização de serviços partilhados permitirá poupar 160 milhões de euros. A dotação do Serviço Nacional de Saúde também sofrerá uma redução de 6,4%. No total, o subsector dos Serviços e Fundos Autónomos da Saúde, onde se insere o universo do SNS, terá menos 12,7% de verbas. O Governo ainda promete efectuar um "controlo exigente "das despesas hospitalares, das despesas com medicamentos e com os meios complementares de diagnóstico". Para tal, vai instituir e aplicar aos hospitais EPE "um sistema de avaliação da gestão hospitalar, por via da celebração de contratos de gestão, balizados por metas e objectivos, de modo a promover a sua eficácia e eficiência, assente na responsabilização pelos resultados, e atendendo especialmente à qualidade dos cuidados" prestados. Na Região de Lisboa e Vale do Tejo está previsto o início da construção de raiz de 10 novos "equipamentos de Saúde".

EDUCAÇÃO

O Ministério da Educação viu as suas verbas para 2011 reduzidas em 800 milhões de euros, uma diminuição de 11,2% face ao valor disponível em 2010. O

relatório justifica esta redução com mecanismos de gestão que foram levados a cabo como o encerramento de escolas e a fusão de diferentes estabelecimentos de ensino em agrupamentos escolares. Também é visível um desinvestimento na requalificação das escolas já que desaparecem as verbas destinadas à Parque Escolar, EPE. Neste sector podem encontrar-se alguns dos organismos que foram extintos no âmbito da reformulação dos institutos pú-



blicos. Deixam de existir o Gabinete Coordenador do Sistema de Informação, a Comissão para a Optimização dos Recursos Educativos e o Observatório das Políticas Locais da Educação, passando o Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação a desempenhar as atribuições destes três organismos. Também o Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação é extinto, sendo as suas atribuições integradas na Secretaria-Geral do Ministério da Educação e a Direcção-Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular passa a ser responsável pelas funções do extinto Gabinete de Avaliação Educacional. O Plano Tecnológico para a Educação fica com uma verba de 51,2 milhões de euros.

DEFESA NACIONAL

As reduções nos salários e outros abonos serão as grandes responsáveis pelos cortes de 11,1% nas despesas do Estado com a Defesa. Os encargos destinados a pensões de reserva sofrem um corte de 17,5% e a despesa na Assistência às Doenças dos Militares diminuiu em 18%. Já os encargos com as

Farmácias em todos os hospitais públicos

O Governo quer alargar a criação de farmácias de venda directa ao público a todos os hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com serviço de urgência, segundo a proposta do OE para 2011. Existem já seis farmácias de venda

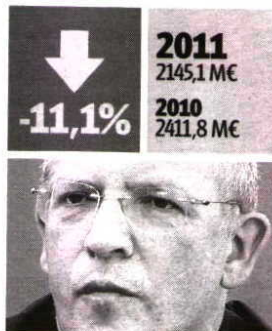
ao público abertas 24 horas por dia nos hospitais Santa Maria (Lisboa), São João (Porto), Santo André (Leiria), Covões (Coimbra), Padre Américo (Vale do Sousa) e de Faro. Pretende assim aumentar a acessibilidade aos medicamentos.

BPN sem custos



"No BPN, face à evolução do processo, não são de prever consequências orçamentais no próximo ano"

**Teófilo dos Santos**  
MINISTRO DAS FINANÇAS



missões internacionais permanecem inalterados, com 75 milhões de euros. Apesar de a Lei de Programação Militar merecer um aumento na despesa de 10,3%, o investimento previsto "com a manutenção dos programas em curso e a suspensão, até 2013, de novos programas de aquisições" implicam um corte de 40% previsto.

TRABALHO E SOLID. SOCIAL



O Ministério do Trabalho e Solidariedade Social vai registar, em 2011, uma redução de 10,4% nas despesas, para 7789 milhões de euros, o que corresponde a uma quebra superior a 900 milhões. Esta subtração de verbas evidencia as medidas de contenção da equipa de Helena André, especialmente as relacionadas com pessoal. O Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) será o organismo sob tutela do ministério que terá mais verba, com um montante superior a 930 milhões de euros. As medidas de emprego, formação e reabilitação profissional do IEFP vão abranger quase 570 mil pessoas. Já nos programas ligados aos equipamentos sociais, serão investidos 697 milhões de euros.

ADMINISTRAÇÃO INTERNA



O Ministério da Administração Interna verá as suas verbas reduzidas em 8,7%, essencialmente com recurso à agilização de recursos e à diminuição das rubricas relativas ao funcionamento, espelhando um esforço de racionalização de custos, não obstante um abrandamento no investimento. Além disso, o Governo espera arrecadar 0,11% do PIB com a criação de novas taxas e atualização e aumento de outras, bem como o aumento da efectividade da cobrança de coimas por infracções ao Código da Estrada. A Autoridade de Protecção Civil irá receber 82,9 milhões de euros, essencialmente para financiar meios aéreos e o combate e prevenção de incêndios.

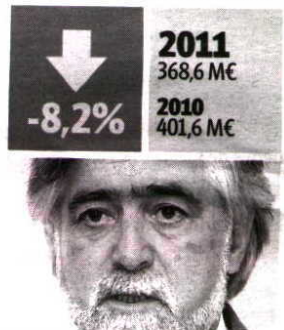
JUSTIÇA



Na Justiça as despesas irão ser reduzidas em 5,6%, em grande parte com o fim do subsistema de saúde da Justiça e a incorporação dos seus beneficiários na ADSE. A redução das despesas será também assegurada em todos os serviços, com a aprovação de medidas de racionalização e contenção que permitam

o melhor aproveitamento de sinergias no uso de meios existentes e a partilha de instrumentos e instalações. O Governo, com a actividade deste Ministério, espera arrecadar 0,1% do PIB com a revisão da tabela emolumentar dos registos, a revisão das isenções das custas judiciais e o agravamento de custas injunções para grandes litigantes.

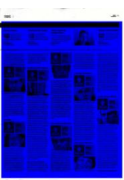
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS




O Ministério dos Negócios Estrangeiros vai perder 33 milhões de euros em 2011, o que corresponde a uma redução de 8,2% em relação ao que gastou em 2010. Os cortes vão incidir essencialmente nas despesas de funcionamento. Também as transferências correntes, quase inteiramente relativas a quotizações e outras contribuições para as organizações internacionais de que Portugal faz parte, vão sofrer um corte de 32,6 milhões. Apesar da redução da despesa global, o montante para investimentos sobe de 9,4 para 10,3 milhões de euros, com o objectivo de financiar projectos já em curso, como a modernização da rede consular ou o programa Netinvest, um programa para atrair investimento para Portugal e apoiar a internacionalização, e outros a iniciar no âmbito da requalificação e adaptação de instalações.

CIÊNCIA E ENS. SUPERIOR

O Ministério da Ciência, Tecnologia, e Ensino Superior vai sofrer uma redução de 72,4 milhões nas verbas disponíveis para 2011, em resultado da aplicação das medidas adoptadas no âmbito das despesas de pes-



**Falência técnica**

 "O corte de 5% nas transferências do Estado vai levar muitas autarquias à falência técnica".

**Jaime Soares**  
VICE-PRESIDENTE DA ANMP

**Tratamento de choque**

 "As medidas do Orçamento do Estado para 2011 são um tratamento de choque sem garantias".

**Arménio Santos**  
SECRETÁRIO-GERAL DOS TSO


**Cortes cegos são sempre maus**

"Os cortes cegos são sempre maus, porque são irracionais e há autarquias que irão receber menos do que em 2001"

**Rogério Alves**  
ADVOGADO



**Ataque à escola pública**

 "Corte directo de 11% na Educação pode significar um terrível e forte ataque à escola pública"

**Mário Nogueira**  
SECRETÁRIO-GERAL DA FENPROF

soal e da poupança que se pretende atingir pela aplicação das cativações. A proposta prevê valores globais idênticos aos de 2010 para as bolsas de estudo e para o funcionamento dos Serviços de Acção Social das insti-



tuições de ensino superior. No subsector dos serviços e fundos autónomos, com uma despesa consolidada de 1823,3 milhões de euros, há uma redução de 5,2% relativamente à estimativa de execução para 2010, verificando-se uma redução generalizada em todos os serviços, com excepção das verbas destinadas à Fundação para a Ciência e Tecnologia, as quais apresentam um crescimento de 23,5%.

**CULTURA**



No que respeita à Cultura, a dotação para 2011 vai subir 2,9% em comparação com a verba gasta em 2010. A despesa do Ministério totalizará 201,3 milhões de euros, recebendo um reforço de 5,6 milhões. Este ano, segundo as estimativas do Governo, ficaram por gastar 40,6 milhões de euros. No próximo ano, entre os organismos que vão ver apoios aumentados estão o Fundo de Fomento Cultural (24,8 milhões de euros), a

Cinemateca Portuguesa (5,5 milhões), o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (20,9 milhões) e o Instituto do Cinema e Audiovisual (15,8 milhões).

**FINANÇAS E ADM. PÚBLICA**



Uma das novidades na actividade do pelouro de Teixeira dos Santos passa pela racionalização de recursos, sendo mesmo o Ministério onde se verá a maior junção entre organismos, como é o caso, por exemplo, da fusão entre a Direcção-Geral dos Impostos e a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo. O Ministério das Finanças e da Administração Pública, ainda assim, terá o orçamento reforçado em 6,8% em 2011, estando prevista uma despesa de 19 721,1 milhões de euros. Na estratégia de racionalização, onde foi dada atenção ao Sector Empresarial do Estado, as prioridades estão ainda viradas para a gestão do património imobiliário público, para o sistema nacional de compras públicas e para os investimentos em parcerias público-privadas. Para estas últimas, será criada uma entidade de acompanhamento. Por seu turno, as despesas de funcionamento vão apresentar um decréscimo de 12,9% (para 416,4 milhões) e as despesas relativas aos serviços de Protecção Social dos Funcionários e Agentes da Administração Pública reduzem-se em 88%.

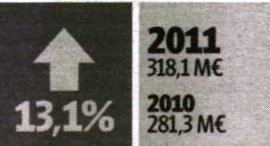
**OBRAS PÚBL. E TRANSP.**

Um aumento de 11,6%, em relação a 2010, vai trazer mais 35 milhões de euros ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, estando previs-



ta uma despesa de 3375 milhões de euros. Os maiores gastos, num total de 91,8 milhões, estão relacionados com o Plano de Financiamento Nacional, que "agrega os investimentos com diferentes tipos de transportes e respectivas infra-estruturas". O executivo de António Mendonça vai reavaliar o plano Portugal Logístico, que previa a construção de 11 plataformas logísticas e deverá arrancar, na alta velocidade ferroviária, as obras do troço Poceirão-Caia, da futura linha Lisboa-Madrid, no primeiro trimestre de 2011. Em relação ao novo aeroporto de Lisboa, continua o processo de estudo com vista "à contratação, construção, financiamento e exploração".

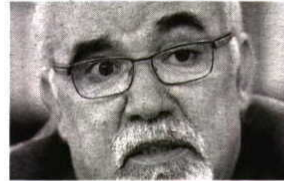
**PRES. CONS. DE MINISTROS**



A despesa da Presidência do Conselho de Ministros sobe 36,8 milhões de euros no próximo ano, mais 13,1% do que em 2010, muito por culpa da realização dos Censos 2011, que custarão 43,2 milhões. O ministério terá gastos de 318 milhões de euros, aplicados também em medidas como a expansão da rede de Lojas do Cidadão, o Simplex autárquico e a construção do novo

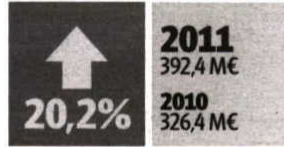
Centro Nacional de Apoio ao Imigrante. Nas políticas dedicadas à Juventude, "continuará a ser requalificada a Rede Nacional de Pousadas da Juventude" e será dada continuidade do acesso ao "crédito à habitação para jovens através do programa Porta 65 para arrendamento jovem".

**ECONOMIA E INOVAÇÃO**



O orçamento do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento aumentará 15,4% em 2011 para 476,1 milhões de euros. Daqui, o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação vai receber 78,6 milhões de euros (menos 2,8%), mantendo contudo o objectivo de apoiar as exportações e as PME. Por seu lado, o Instituto do Turismo de Portugal receberá 250 milhões de euros (mais 38 milhões do que em 2010), estando a desenvolver um novo modelo de promoção regional externa de Portugal. Na área energética, o Governo prevê lançar concursos para a instalação de centrais fotovoltaicas e criar um novo modelo de incorporação de biocombustíveis.

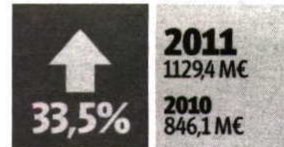
**AMB. E ORD. TERRITÓRIO**



A despesa do Ministério do Am-

biente terá em 2011 um crescimento de 20%, todavia a proposta apresenta uma estimativa de execução para 2010 que fica bem abaixo da despesa prevista. De acordo com o documento, a despesa total consolidada do Ministério é de 392,4 milhões de euros, mais 20,2% do que a estimativa de execução para 2010. Contudo, a despesa que estava orçada para este ano no Orçamento de Estado era de 476,6 milhões de euros. Na despesa deste ministério surge com destaque a verba de 23 milhões de euros atribuídos ao Fundo Português de Carbono, um aumento de 325% em relação ao ano anterior, que é justificado pelo reduzido grau de execução previsto para 2010.

**AGRICULTURA E PESCAS**



O Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas foi quem recebeu um maior reforço de verbas (33,5%) tendo prevista uma despesa de 1129,4 milhões de euros em 2011, montante que exclui os passivos financeiros de 1,6 milhões e activos de 0,2 milhões. A estratégia para a agricultura e o desenvolvimento rural tem por objectivo promover a competitividade do sector agro-florestal (com a internacionalização e conquista de novos mercados) e dos territórios rurais. No sector das pescas, aquicultura e indústria de pescado, a principal meta assentará na melhoria da competitividade das empresas, inovação e qualidade dos produtos, diversificação da indústria transformadora e desenvolvimento das zonas costeiras.

BRUNO AMORIM E TIAGO RODRIGUES ALVES



PRIMEIRO PLANO

ORÇAMENTO DO ESTADO 2011



CP Lisboa e CP Porto concessionadas

Até Março de 2011, a CP deve apresentar ao Governo um estudo para a "eventual concessão" da exploração dos serviços de transporte ferroviário de passageiros em Lisboa e no Porto.



5,6

**Milhões de euros**  
O Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT) vai receber mais 5,6 milhões de euros face a 2010. A Entidade Reguladora da Saúde também recebe mais 1,1 milhões.

Corte geral na Função Pública

Poupança chega aos 1 242 milhões

CATARINA CRAVEIRO  
economia@jn.pt

Entre congelamento de admissões e redução de contratados, a Função Pública vai encolher número de funcionários. Segundo a proposta do OE 2011, as Forças Armadas vão reduzir 3000 efectivos. Os cortes salariais vão permitir uma poupança de 1 242 milhões.

O número de funcionários públicos irá sofrer uma redução já no próximo ano. A proposta de Lei do Orçamento do Estado (OE) para 2011, aponta para redução das despesas com pessoal, redução das remunerações da Administração Pública, redução das ajudas de custo, trabalho extraordinário e acumulação de funções. Sem quantificar, o documento fala também em controlo de efectivos, congelamento de admissões e redução do número de contratados e o congelamento de promoções e progressões.

A Defesa irá cortar no número de militares e congelar aquisições.

Neste Ministério destacam-se como principais medidas o congelamento de promoções e progressões em 2011, que se aplicam também aos militares das Forças Armadas. A redução excepcional dos efectivos militares recrutados em regime de contrato, que serão menos 3000 face a 2010 e, ainda, a redução em 40% do investimento na Lei da Programação Militar, com a manutenção dos programas em curso e a suspensão, até 2013, de novos programas de aquisições. Este esforço de racionalização de recursos irá permitir ter um impacto orçamental correspondente a 0,1% do PIB em 2011.

Segundo o documento, desde 2005, o número de funcionários das administrações públicas reduziu-se em 84 713. Estima-se que o número de funcionários públicos se situe, actualmente, nos 663 167 efectivos (menos 11 881 do que no final do ano passado).

Além da redução do número



Defesa vê promoções e progressões congeladas e corte dos efectivos militares

de funcionários, os cortes salariais são um imperativo em 2011. A principal medida de poupança são os cortes de 3,5% a 10% nos salários acima dos 1500 euros. Os cortes permitirão uma poupança ao Estado de 1 242,5 milhões

de euros, ou seja, 0,7% do PIB. Segundo o Governo, as reduções irão pesar menos 1100 milhões à administração central e 90 milhões às regiões autónomas. As despesas com os salários diminuem 7,5%. ■

CASOS



**FUNÇÃO PÚBLICA**  
"UM ALVO VULNERÁVEL"  
Alirio Canceles, quadro técnico do Estado, disse sexta-feira ao JN que as medidas impostas pelo Governo reduziriam poder de compra ao seu agregado familiar. Conhecida a proposta do OE, o funcionário público vê o futuro com receio. "Não vejo como inverter isto. Somos um alvo vulnerável e é mais fácil cortar do que racionalizar", lamenta. B.A.



**FAMÍLIA NUMEROSA**  
"TEMOS DE NOS TRANSFORMAR"  
Ricardo e Marina pensam agora em qual será a ponta do cobertor que podem prescindir: trabalhar mais ou gastar menos. A verdade é que "as famílias numerosas têm uma enorme capacidade de fazer dos limões limonada". "Não vamos directamente para a miséria, mas teremos de nos transformar", dizem. C.C.



**DESEMPREGADOS**  
"IR PARA A RUA PEDIR ESMOLA"  
"Já estávamos à espera disto". Esta foi a primeira reacção de Teresa Gonçalves e António Duque. Afirmam que só daqui a uns meses terão noção prática das consequências dos cortes. Admitem fazer dação da casa e pedir falência familiar. "A situação caminha para pior. Tememos que um dia tenhamos de vir para as ruas pedir esmola", afirmaram. M.C.

Segurança Social estima receber mais 619 milhões

Apesar do desemprego

Em 2011, haverá menos pessoas a trabalhar (mais desemprego) e os salários baixarão ou crescerão pouco. Mas a Segurança Social espera receber mais dinheiro da economia. Em concreto, mais 619 milhões de euros.

Um sexto do dinheiro (cerca de 100 milhões) será receita extraordinária, com a passagem das pensões dos bancários para o Estado. O resto sairá do bolso das empresas e dos trabalhadores. Diz o texto que o aumento da receita virá,

também, da entrada em vigor do Código Contributivo, que passará a cobrar Segurança Social sobre uma série de remunerações até agora isentas, como subsídios de transporte ou ajudas de custo.

Em seguida, o fim da redução da Taxa Social Única devida pelas empresas por cada trabalhador com mais de 45 anos de idade, bem como pelas pessoas com salário mínimo nacional ou que, tendo-o, foram aumentadas em 25 euros, este ano.

Por último, novas acções de cobrança de dívida, como a já ante-

Previsões

10,8%

**TAXA DE DESEMPREGO**  
Previsão, para 2011, equivalente a cerca de 600 mil pessoas – menos do que o avançado por entidades como o FMI, que estima uma taxa de 11%.

-6,9%

**VERBA**  
Haverá menos dinheiro para subsídio de desemprego e apoio ao emprego.

riormente anunciada emissão de Declarações de Remunerações Oficiosas (apurando valores devidos ao Estado quando o empregador não tem o trabalhador legal) ou novos procedimentos, para evitar situações em que os serviços continuam um ou dois meses a pagar prestações a pessoas que já não têm direito a elas.

Não só vai receber mais, como vai despende menos: quase todas as prestações sociais levam um forte corte, decorrente das medidas de aperto que entraram em vigor em Agosto. ALEXANDRA FIGUEIRA



**Empréstimo de manuais escolares**

O Governo vai lançar no próximo ano um programa de empréstimo de manuais escolares. A gestão será assegurada por cada agrupamento de escolas, procurando-se otimizar a utilização de recursos.

**45**

**Minutos**

O Governo pretende reajustar o plano curricular e a carga horária. Para isso, já aprovou a organização dos tempos lectivos dos 2.º e 3.º ciclos em 45 ou 90 minutos.

**Manuel Alegre critica influência dos bancos**

Manuel Alegre garantiu que se fosse presidente não haveria banqueiros a mediar o Orçamento. "Espero que o OE seja decidido na Assembleia da República, que é o lugar próprio", garantiu o candidato.



**535**

**Saldo da Segurança Social**

A Segurança Social deverá ter um saldo positivo de 535 milhões de euros, em 2011. As receitas subirão 1%, face à previsão de execução de 2010, e as despesas crescerão 0,3%.

# PSD à espera de uma redução da despesa

**Negociação**

Pedro Passos Coelho perdeu margem de manobra quando prometeu não aprovar um aumento de impostos, repetiu ameaças de que chumbaria o Orçamento e acenou com uma moção de censura. Um recuo tático e uma resposta positiva ao apelo de Cavaco Silva para um entendimento será algo muito difícil de gerir, mas contrapartidas do Governo para maior redução da despesa pública poderão salvar a face ao líder do PSD.

Numa primeira fase, Passos Coelho tentará, depois de amanhã, ter carta branca dos conselheiros nacionais. E, entre o risco

de ficar associado a um mau Orçamento ou de ser responsabilizado pela falta de um documento estratégico para o país, o principal partido da Oposição poderá ficar-se, para já, pelo meio termo, optando pela abstenção.

Entretanto, o líder do PSD procurará impor um conjunto de propostas alternativas para reduzir a despesa de forma mais radical, uma vez que, na vertente dos impostos, parece não haver esperanças num recuo do Governo.

O primeiro-ministro veio dizer que o Governo tem disponibilidade "total" e "sem reservas" para negociar o Orçamento para 2011, ao mesmo tempo que alertou que



Passos Coelho vai reunir os órgãos do PSD antes de tomar uma decisão

"terá de estar à altura dos tempos" e garantir "medidas concretas para chegarmos aos 4,6%" de déficit no próximo ano. Se as medidas de austeridade surgem como incontornáveis, só a oferta de contrapartidas e cedências do lado socialista poderão fazer com que o PSD assumira, por sua vez, uma posição favorável sem ser acusado de não cumprir as promessas que fez. Assim, Passos Coelho deverá adiar, o máximo possível, uma posição definitiva sobre o assunto, sem excluir a eventualidade, ou pelo menos a ameaça, de chumbar o Orçamento se não houver um documento aceitável.

Falta definir o que será aceitá-

vel para o PSD. E a abstenção na generalidade poderá ser o caminho estratégico a seguir.

A decisão final do PSD irá depender das negociações. E, neste domínio, sociais-democratas e socialistas começaram com o pé esquerdo quando Sócrates acusou Passos de recusar uma negociação prévia, atirando para a Direita a responsabilidade por uma eventual crise política e um agravamento na economia. Resta saber em que se traduzirá a "total" abertura prometida pelo Governo e que contrapartidas poderão fazer com que o PSD se abstenha, sem ficar mal na fotografia.

CARLA SOARES

**Reacções**



"É preciso ter falta de vergonha para pôr em relação ao PSD a questão do déficit. Com ou sem Orçamento, o futuro próximo do nosso país não vai passar por este Governo, porque perdeu credibilidade e há hoje uma noção de ausência de responsabilidade, que ficou bem visível ao longo das últimas horas".

**Miguel Relvas**

PSD



"Se a primeira dimensão de credibilidade de um Orçamento se relaciona com o seu cenário macroeconómico, então, esta proposta orçamental falhou. Se há economistas que torturam os números para que eles falem, o Governo tortura os números para que eles fiquem calados".

**José Gusmão**

BLOCO DE ESQUERDA



"O Governo opta por cortar nas prestações sociais, nos salários, nos serviços públicos essenciais como a Saúde e a Educação, o que gerará o aumento da pobreza. Os sacrifícios continuam a ser pedidos aos que menos poder económico têm e que os contributos para a receita do Estado continuam feridos de uma injustiça flagrante.

**Os Verdes**, EM COMUNICADO



"A questão não está no Governo cair ou não cair, pois é óbvio que não pode haver eleições antecipadas antes de Maio, e mesmo que caísse este Governo ia outro para lá. Não vale a pena substituir o executante se se mantém a mesma política. O que interessa é uma ruptura completa com a actual política".

**Jerónimo de Sousa**

PCP



PRIMEIRO PLANO

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2011



Lisboa e Faro lideram no Centro/Sul do país

A soma dos milhões dos distritos de Lisboa e de Faro dá mais de 260 milhões de euros. Com excepção de Coimbra (22,5 milhões), todos os outros distritos têm verbas entre os 19,5 e os 14 milhões de euros.



**-49,4%**

**Coimbra perde face a 2010**  
O PIDDAC para 2011 no distrito de Coimbra significa uma redução de verbas de 49,4% e é a sede do distrito que mais perde, passando de 31,6 para 11,3 milhões de euros.

Norte com mais verbas de PIDDAC do que Lisboa

— Como já vem sendo prática de anos anteriores, comparar o PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) projectado para 2011 com o do ano em curso é tarefa difícil. Porque todos os anos os governos mudam as regras do jogo.  
Para 2011, é estimado um in-

RADIOGRAFIA REGIONAL

Lisboa absorve a maior fatia

Mais de metade dos 201 milhões de euros que o distrito de Lisboa absorve do PIDDAC ficam na capital (153 milhões) para mais de 300 projectos ligados ao ensino, sistema judiciário e organismos públicos. Destaca-se ainda o projecto de Museu de Arte Popular, a transferência do Museu Nacional de Arqueologia para o edifício da Cordoaria Nacional (3,5 milhões). Há ainda dois projectos que, só eles, absorvem 20 milhões: um de gestão partilhado de recursos da administração pública e outro para a ampliação da Direcção Nacional da Polícia Judiciária. O Palácio Bensaúde vai ser recuperado com 100 mil euros. O empreendimento do metro Oriente/Aeroporto absorverá três milhões. Outros 10 milhões serão repartidos entre Vila Franca de Xira, Sintra e Amadora. Cascais receberá um milhão de euros para o Palácio da Cidadela e Oeiras 556 mil euros para a recuperação do Forte de S. Julião da Barra e Complexo do Jamor.

Setúbal tem Moita a liderar

Dos 19,5 milhões que couberam ao distrito de Setúbal, é Moita que mais vai arrecadar: seis milhões de euros para regenerar o parque urbano e o bairro do Vale da Amoreira. Em segundo e terceiro lugares aparecem, respectivamente, Almada, com 4,6 milhões para a alimentação artificial das praias, e Setúbal, com 2,6 milhões para a recuperação do Convento de Jesus.

Dez milhões em Coimbra

O distrito vai contar com mais de 22,5 milhões de euros de verba do PIDDAC, mas 10 milhões ficam em Coimbra, por exemplo, para a construção da nova sede do Instituto Nacional de Medicina Legal ou para a construção de um edifício para a Polícia Judiciária. De resto, haverá ainda obras para a regeneração do centro histórico e para melhorias no ensino superior. Montemor-o-Velho, Tábua, Mira e Pampilhosa da Serra não recebem qualquer verba e Góis terá apenas 30 mil euros para reabilitar o centro histórico.

Santarém fica com metade

O distrito vai receber mais de 12,4 milhões, dos quais mais de



seis milhões são para projectos no concelho de Santarém, como o da remodelação do edifício da Judiciária e da Escola Superior de Desporto de Rio Maior.

Nazaré com mais que Leiria

O concelho da Nazaré vai receber 2,6 milhões do PIDDAC, quase todos para obras no porto local. É o que mais recebe no dis-



Transferência do Museu Nacional de Arqueologia para o edifício da Cordoaria Nacional é um dos projectos com verba em PIDDAC no concelho

trito de Leiria, cujo montante total ascende a mais de 10 milhões de euros. Bombarral tem apenas uma verba de mil euros para a requalificação do Largo Nuno Álvares e Leiria, sede do distrito, receberá 1,4 milhões.

Doze milhões no Alentejo

Oz distritos de Portalegre, Beja e Évora vão receber, no conjun-

to, cerca de 12 milhões, dos quais sete são para Évora. Na cidade sede de distrito mais de três milhões de euros serão aplicados em projectos como o futuro Museu da Música e no âmbito do Polis.

Algarve gasta nas praias e rios

Alimentação artificial de praias, construção de portos, de esco-

las, ou melhoramentos na navegabilidade do Rio Arade (Portimão) e do Guadiana (Vila Real de Santo António) são alguns dos projectos com verbas em PIDDAC. Ao todo, o distrito de Faro receberá 60 milhões, três dos quais só para projectos no concelho de Portimão. Castro Marim terá apenas 39 mil euros, para as áreas do ordenamento e ambiente. Aljezur, Monchique, Vila do Bispo, Lagoa, Alcoutim e de S. Brás de Alportel nada recebem.



ID: 32327208

17-10-2010

## Directoria Nacional da PJ absorve 10 milhões

A ampliação da Directoria Nacional da PJ é uma das obras mais caras na zona do Centro e Sul do País (10,3 milhões). A outra é a reabilitação do património do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (14,6).

## 1,8M

### Convento de Jesus

O antigo Convento de Jesus de Setúbal tem uma verba em PIDDAC de 1,8 milhões de euros. A recuperação é um desejo muito antigo dos sadinos.

## Metade do Algarve sem verbas

Os concelhos de Aljezur, Monchique, Vila do Bispo, Lagoa, Alcoutim e de S. Brás de Alportel nada recebem, apesar de o distrito de Faro ter 60 milhões de euros no PIDDAC. Três dos quais ficam em Portimão.



## 12M

### Região do Alentejo pouco ganha

Todos juntos, os distritos de Portalegre, Beja e Évora recebem 12 milhões de euros do PIDDAC, mas o distrito de Portalegre não chega a atingir sequer um milhão de euros.

vestimento de 2 133 milhões de euros, 54% dos quais a título de financiamento nacional e o restante por via comunitária. Este valor não inclui, à luz das novas regras, cativações de 130 milhões e co-financiamentos comunitários de 426 milhões. O que resulta num orçamento ajustado, que o Executivo entende comparar com a estimativa

de execução para 2010. Nesta base, chegamos à conclusão que o PIDDAC aumenta 16%.

Contudo, somando as partes que o Governo deixou de fora e comparando com o que foi inscrito no OE de 2010, conclui-se que o investimento regista uma quebra da ordem dos 5%.

Já a estimativa de cumprimento do PIDDAC para 2010

permite perceber que o Governo conta apenas executar 65% do delineado há precisamente um ano. A que não é alheia a recente decisão de congelar o investimento até ao final deste ano.

Do ponto de vista regional, torna-se, de facto, impossível, fazer comparações. Mesmo assim, numa leitura geral, o Norte

regressa ao topo da tabela, com 397 milhões, bem abaixo de anos anteriores, como, de resto, todo o PIDDAC. Segue-se Lisboa e Vale do Tejo, com 304 milhões, Alentejo (223) e Algarve (57).

Mas a diferença mais substancial está no investimento destinado às várias NUTS II. Dos mil milhões (cativos incluídos) previstos para este ano há uma que-

da abrupta em 2011 para os 421 milhões, cuja explicação, neste momento, só o Governo poderá dar.

Por sector, Agricultura e Pescas concentram 22,8% dos recursos, seguindo-se Investigação e Ensino Superior (21,9%) e Economia, Inovação e Desenvolvimento (12,6%). JOANA AMORIM

## Metro para Trofa excluído

A linha do metro do Porto entre o ISMAI e a Trofa não tem qualquer verba atribuída em PIDDAC. A obra da Linha Verde (Porto/Trofa) fazia parte da primeira fase da rede, mas só foi construído o primeiro troço (até ao ISMAI). O concurso para a extensão à Trofa (140 milhões) foi lançado em Dezembro (as previsões apontam para entrar em funcionamento em 2013), mas parece não ter pernas para andar. O Metro do Porto é contemplado em apenas duas rubricas do PIDDAC e as verbas são para troços que já estão em obra: a extensão da Linha de Gaia a Santo Ovídio (cinco milhões de euros) e a primeira fase da Linha de Gondomar (Dragão - Venda Nova) com dois milhões de euros.

## Obras em curso seguram verba

A obra do Centro de Reabilitação do Norte, que está em construção em Vila Nova de Gaia, recebe 35% das verbas atribuídas ao distrito do Porto. São 23,7 milhões de euros (mais 18 milhões do que no ano passado) para concluir a unidade de saúde destinada a tratar quem tem limitações físicas. Também as obras em curso no Bairro do Lagarteiro (Porto) têm 2,7 milhões de euros (mais 185 mil euros que no último plano). Em Espinho, a reabilitação dos espo-

rões Norte e Sul, de Paranhos e Silvalde, também em curso, recebe este ano 1,2 milhões. A melhoria das condições de navegabilidade do Douro, contemplada no ano passado com 3,9 milhões, recebe agora 1,8 milhões de euros.

## Casa da Música leva 9 milhões

O concelho do Porto tem inscritos 33 milhões de euros, mas a maior fatia do investimento é para projectos que não dizem respeito exclusivamente à cidade. Para a cidade, além da verba para a recuperação do Bairro do Lagarteiro, estão inscritos nove milhões para a Casa da Música (não é especificado para que servirá a verba atribuída)



e três milhões para a Fundação de Serralves.

## Vale do Sousa: 2,4 milhões

Para a área do Vale do Sousa foi atribuído um total de 2,4 milhões de euros. Castelo de Paiva é o maior contemplado com 1,6 milhões, verba que se destina à ampliação e remodelação do cais do Castelo. O concelho de Penafiel tem 317 mil euros, Paredes 293 mil, Paços de Ferreira 181 mil euros e Felgueiras fica com ape-

nas 22 mil euros para a criação da EB 2/3.

## Douro e Vouga: 3,1 milhões

Os concelhos da área de Entre Douro e Vouga têm um



total de 3,1 milhões de euros inscritos no PIDDAC. Arouca distancia-se dos restantes com 1,8 milhões, dos quais 1,3 milhões são para a reconfiguração da barra/acesso do Porto de Aveiro. O município de Santa Maria da Feira tem 500 mil euros inscritos para a criação da EB 2/3 da Feira e requalificação da EB2/3 de Paços de Brandão. Ao concelho de S. João da Madeira foram atribuídos 605 mil euros, dos quais quase 500 mil são para a criação de uma loja de cidadão.

## Braga no topo mais a Norte

No distrito de Braga, o maior investimento no Baixo Minho reside no Laboratório Internacional de Nanotecnologia que recebeu 10 milhões e 700 mil euros. Já em 2009 o INL tinha recebido uma importante fatia e acaba por, em dois anos, "chupar" cerca de 26 milhões de euros. A Capital Europeia da Cultura 2012 recebe dois milhões de euros.

O PIDDAC para o distrito de Bragança está cada vez mais magro, de 4 261 683 euros em 2010, baixou para 656 517 (incluindo a receitas próprias) em 2011. Apenas quatro dos 12 concelhos do distrito têm direito a transferências do Estado: Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro e Mogadouro. O distrito de Viana sobe uma posição (14.º, a nível nacional) relativamente ao PIDDAC do ano em curso, porém, vê inscrito menos um milhão e meio de euros, num total que ronda os 4,5 milhões. Quatro municípios não contam qualquer dotação inscrita (Arcos de Valdevez, Melgaço, Paredes de Coura e Vila Nova de Cerveira), recebendo Caminha um total de cinco mil euros.

## Aveiro perde para vizinhos

No distrito de Aveiro, Águeda, Espinho e Oliveira do Bairro são os que mais recebem e Sever do Vouga é o menos contemplado. Prevê-se a abertura do leito de cheia do rio Águeda e a reconfiguração da barra do porto de Aveiro. A ampliação e remodelação do cais do Castelo em Castelo de Paiva e os centros de saúde de Esgueira e Cacia, em Aveiro, também recebem. A requalificação do Cais do Pocinho, em Vila Nova de Foz Côa, é a obra do distrito da Guarda que recebe a maior verba do PIDDAC. Dos quase 4,5 milhões, que o distrito recebe, quase dois milhões vão para esta obra.



ARQUIVO

## Nova prisão em Castelo Branco

Dos mais de 14 milhões de euros destinados ao distrito de Castelo Branco, 6,5 milhões são para a construção do novo estabelecimento prisional. Belmonte recebe 20 mil euros, Covilhã mais de quatro milhões e 200 mil euros serão repartidos entre o Fundão e Penamacor.

de Lisboa, no valor de 3,5 milhões de euros

ORÇAMENTO DO ESTADO PÁGINAS 2 A 13

# Salários baixam já em Janeiro

## Governo não espera pelo acerto de IRS no final do ano e aplica novas taxas de retenção na fonte



**Teixeira dos Santos**

"Este é o Orçamento de que o país precisa. O país não resistirá à sua não aprovação"



**Cavaco Silva**

"Devemos deixar os partidos darem o seu contributo para que surja um Orçamento melhor"

**Corte** nas deduções fiscais afecta dois milhões de famílias **Pensões** superiores a 3750 euros penalizadas no IRS **Extinção** e reorganização de 50 institutos públicos rende 100 milhões **TGV** e novo aeroporto de Lisboa são para avançar **Saúde** vai ter o maior corte (12%) e Agricultura com forte reforço de verbas (33%) **Lisboa** recebe 304 milhões do PIDDAC